



# AVANÇOS E DESAFIOS DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL NA AQUICULTURA POTIGUAR

**Thales Dantas**

Diretor Técnico do Idema

- 
- A aquicultura potiguar vem ganhando espaço como atividade produtiva estratégica no RN (tilápia, camarões e outras espécies), e o **licenciamento ambiental** é **etapa obrigatória** para viabilizar empreendimentos com segurança jurídica e ambiental;
  - Em **nível estadual**, o **IDEMA** é o órgão competente para grande parte dos processos e dispõe de instruções técnicas e instrumentos eletrônicos para orientar requerentes.



# Avanços

- Normatização e instrumentos técnicos - O IDEMA dispõe de instruções técnicas específicas para apresentação de projetos aquícolas (documentação, critérios de enquadramento por porte e modalidade, exigências para aquicultura orgânica etc.), o que padroniza exigências e reduz incertezas técnicas;
- Sistemas de informação e transparência - Implementação/adoção de sistemas estaduais de informação ambiental que centralizam dados sobre licenciamento, monitoramento e qualidade ambiental, facilitando análise técnica e acompanhamento;
- Marco legal estadual de fomento e governança - A criação de instrumentos de política pública (Lei complementar que instituiu a Política Estadual de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura e estrutura de Conselho Consultivo) cria ambiente institucional para integração entre SAPE, IDEMA, SEMARH, IGARN e atores do setor;
- Atualização de parâmetros administrativos - Recentes atos normativos estaduais (por exemplo, atualização de taxas/portarias) modernizam procedimentos e realinham custos para o processamento das licenças.



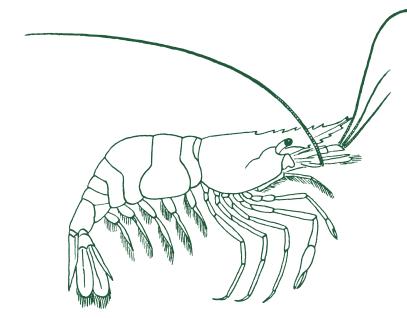
# DESAFIOS

- Complexidade técnica e heterogeneidade de empreendimentos - Projetos de carcinicultura, piscicultura em tanques-rede, viveiros e maricultura apresentam riscos e exigências distintas (e.g., efluentes, uso de água, interação com áreas costeiras). Exigir estudos técnicos proporcionais sem tornar o processo excessivamente burocrático é um equilíbrio ainda em construção;
- Capacidade de análise e monitoramento - Fiscalização e acompanhamento pós-licença demandam recursos técnicos e laboratoriais (monitoramento da qualidade da água, bENTOS, fauna associada). A limitação de equipes e estrutura dificulta a vigilância contínua;
- Integração municipal / municipalização do licenciamento - Existem arranjos federativos e municipalizações possíveis; a falta de integração fluida entre níveis (municípios, IDEMA, órgãos federais) gera sobreposição ou lacunas de competência. Isso pode atrasar projetos ou deixar espaços sem fiscalização adequada;



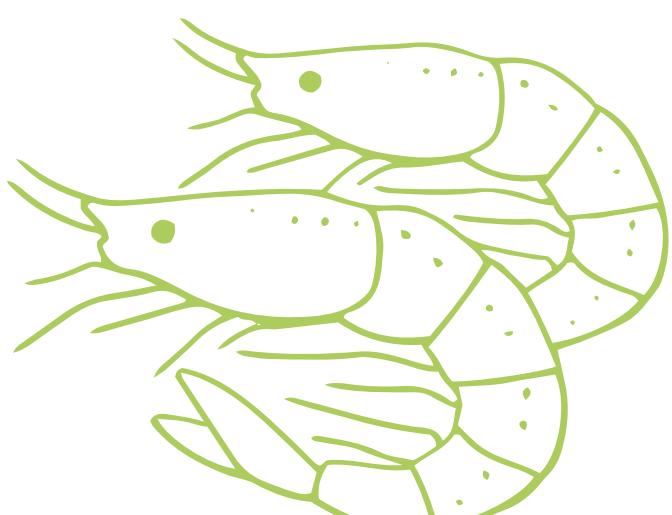
# DESAFIOS

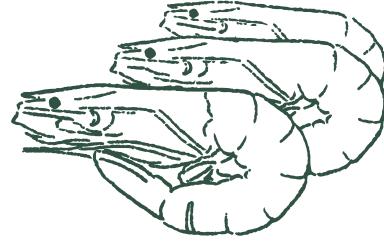
- Conflitos de uso e zoneamento costeiro - Empreendimentos localizados na orla e zonas costeiras precisam observar regras específicas de uso e ocupação (decretos federais/estaduais), tornando essencial o cruzamento entre licenciamento ambiental e ordenamento costeiro;
- Custo e prazo - Atualização de taxas e exigências documentais (embora necessárias) podem onerar pequenos produtores; processos longos também desestimulam investimentos formais. A simplificação proporcional (ex.: regimes simplificados para baixo impacto) é demanda recorrente.



# PROJETO DE INTERIORIZAÇÃO DA CARCINICULTURA NO RN

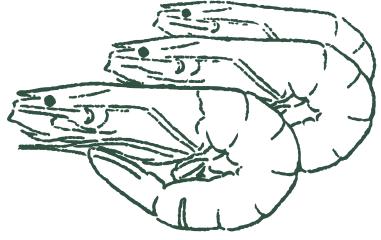
A produção estava concentrada no litoral, com limitações geográficas, ambientais e de expansão. A interiorização tem sido vista como caminho para diversificar, ampliar e tornar mais sustentável a atividade.





# PRINCIPAIS AVANÇOS DA LEI

- A proposta prevê isenção de taxas de outorga de água e de licenciamento ambiental para empreendimentos de carcinicultura de até certo porte (por exemplo, até cinco hectares de área produtiva inundada, no caso inicial do projeto) no interior;
- Ampliação da produção e formalização de novos produtores: o programa prevê formalizar cerca de 150 novos criadores até 2026 e reduzir barreiras de entrada para pequenos e médios empreendimentos;
- Identificação de municípios com potencial para expansão, fora da zona costeira, promovendo descentralização e aproveitamento de áreas subutilizadas no interior;
- Contrapartida ambiental: exige-se monitoramento da qualidade das águas das bacias envolvidas e vinculação à regularização/licenciamento ambiental para garantir sustentabilidade da expansão;
- Estímulo à cadeia produtiva ampliada: com mais produtores no interior, abre-se espaço para insumos, equipamentos, serviços, agregação de valor e geração de emprego/região.



# PRINCIPAIS AVANÇOS DA LEI

- Promover a descentralização espacial da produção, reduzindo pressão sobre zonas costeiras e diversificando os polos de crescimento;
- Facilitar a inclusão de pequenos e médios produtores ao oferecer condições de entrada melhoradas (menores taxas, simplificação) - o que fortalece a formalização e acesso a políticas públicas;
- Potencializar a economia regional no interior, gerando emprego, renda, e arrecadação em municípios que até então tinham menor participação na atividade;
- Aproximar a produção de modelos sustentáveis - ao condicionar os incentivos à regularização ambiental e ao monitoramento, busca-se evitar modelos predatórios ou de baixo controle;
- Atualizar o marco institucional e legal para a carcinicultura no RN, dando segurança jurídica, clareza de incentivos e estímulo à inovação técnica e produtiva.

# PRINCIPAIS DESAFIOS DA LEI

- A efetiva implementação: aprovar a lei é um passo, mas operacionalizar os incentivos, estruturar os serviços de apoio técnico, garantir o licenciamento e monitoramento exigem capacidade institucional;
- A qualidade ambiental: expansão para o interior exige cuidado com recursos hídricos, efluentes, biodiversidade, uso da terra - o monitoramento é crítico para evitar impactos negativos;
- A infraestrutura local: produtores no interior precisarão de acesso a energia, água, transporte, técnicos, mercados - sem isso, o crescimento pode ficar limitado ou custoso;
- A formalização e crédito: muitos pequenos produtores precisam de apoio técnico e acesso a crédito; os incentivos devem vir acompanhados de capacitação e orientação;
- O equilíbrio entre estímulo e controle: embora os incentivos (isenções etc.) sejam positivos, precisa haver mecanismos que evitem fraudes, fragmentação artificial de propriedades ou concessão que gere impactos indevidos (o projeto já trata de áreas contíguas para evitar fracionamento).

# PROPOSTAS DO IDEMA



Consolidar guias setoriais claros e exemplificados (checklists por tipo e porte de empreendimento) para reduzir indecisões técnicas dos requerentes.



Programas de capacitação: treinamento técnico para equipes de fiscalização municipal e consultorias técnicas para pequenos produtores (reduz não conformidades e aumenta adesão à formalidade).



Incentivar projetos-piloto de aquicultura sustentável (boas práticas, manejo de efluentes, aquicultura orgânica) com apoio técnico-financeiro e integração com o Plano Estadual da Pesca/Aquicultura.



Obrigado!

thales.egidio.td@gmail.com